



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO DO CAMPO
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA – EDUCAÇÃO DO CAMPO

LUANA LOPES DA SILVA

ENSINO RELIGIOSO AFRO BRASILEIRO: Interfaces do rural e o urbano no ensino fundamental na Escola Quilombola Municipal Antônia do Socorro Silva Machado

João Pessoa-PB
2018

LUANA LOPES DA SILVA

ENSINO RELIGIOSO AFRO BRASILEIRO: Interfaces do rural e o urbano no ensino fundamental na Escola Quilombola Municipal Antônia do Socorro Silva Machado

Trabalho de Conclusão de Curso apresentada como requisito para obtenção do grau de Licenciada em Pedagogia à banca examinadora no Curso Pedagogia - Área de Aprofundamento em Educação do Campo do Centro de Educação (CE), Campus I da Universidade Federal da Paraíba.

Orientadora: Profa. Dra. Ana Paula Romão de Souza Ferreira

JOÃO PESSOA - PB

2018

Catálogo da publicação na fonte - UFPB

S586g Silva, Luana Lopes da.

Ensino religioso afro brasileiro: interfaces do rural e o urbano no ensino fundamental na Escola Quilombola Municipal Antônia do socorro Silva Machado. – João Pessoa: [s.n.], 2018. 53 f. : il.

Orientadora: Ana Paula Romão de Souza Ferreira.

Monografia (Licenciatura) – UFPB/CE.

1. Educação do campo. 2. Quilombolas e indígenas. 3. Diversidade religiosa. 4. Ensino Fundamental. I. Ferreira, Ana Paula Romão de Souza. II. Título.

CDU: 37(043.2)

LUANA LOPES DA SILVA

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao Curso de Pedagogia - Área de Aprofundamento em Educação do Campo da Universidade Federal da Paraíba, Campus I, como parte dos requisitos necessários para obtenção do grau de LICENCIADO EM PEDAGOGIA.

Assinatura do autor: Luana Lopes da Silva

APROVADO EM: 24 / 06 / 2018

Ana Paula Romão de Souza Ferreira
Profa. Dra. Ana Paula Romão de Souza Ferreira
Orientadora

Roberto Derivaldo Anselmo
Profa. Dr. Roberto Derivaldo Anselmo
Examinador

Fábio do Nascimento Fonsêca
Prof. Dr. Fábio do Nascimento Fonsêca
Examinador

DEDICO este trabalho à minha mãe e à minha companheira que esteve comigo em todos os momentos acadêmicos, me dando força e incentivo para continuar nesse árduo caminho. A Deus, que sustentou o meu corpo e a mente cansada, agradeço aos Orixás, mestres e a Jurema Sagrada por ter feito de mim uma mulher que entende e que dialoga sobre a importância da religião em nossas vidas.

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer em primeiro lugar a Deus, por me fortalecer a cada manhã, que iluminou o meu caminho durante esta caminhada sendo essencial em minha vida.

Dedico esse trabalho aos Orixás, mestre e a jurema sagrada que me deu folego e coragem, me guiando na hora da angústia.

À minha mãe Gleice Cristina Lopes da Silva que foi pai e mãe em todas às horas da minha vida, que deu um nome para mim quando fui rejeitada pela minha mãe, que lutou a sua vida inteira nas casas de famílias para me dar um futuro. Futuro esse que estou vivendo no presente, dando orgulho e sendo o seu espelho de nunca desistir.

Meus agradecimentos à Nair Arruda que tenho como a minha segunda mãe, uma mulher que me proporcionou um bom estudo e instruiu para ingressar na vida acadêmica.

À minha companheira Solange Silva, com quem amo compartilhar os meus momentos de alegria, tristeza e aflições. Que esteve ao meu lado me dando forças e muito carinho todos os dias, mesmo naqueles dias que não suportava olhar para a sua cara. Por traduzir todos os meus sentimentos no olhar, me amando a cada letrelinha digitada, fazendo às minhas vontades e os meus mimos ao decorrer do processo do meu Trabalho de Conclusão do Curso - TCC, me apoiando nas minhas aventuras para liberar o estresse e tensão.

Minha eterna gratidão à professora Ana Paula Romão, pela paciência dedicação, serenidade, sempre estando atenciosa a me auxiliar a construir este trabalho na orientação, por todo incentivo sempre com palavras otimistas que tornaram possível a realização dessa monografia.

Minha eterna gratidão aos professores Dr. Roberto Derivaldo Anselmo e Dr. Fábio Nascimento da Fonsêca, que aceitou esse desafio de participar da banca examinadora, me dando total apoio.

Agradeço a todos os professores que me acompanharam nessa jornada na minha 1º graduação, em especial, à professora Severina Andréa e à Francisca Alexandre, posso garantir que a minha formação acadêmica e inclusive pessoal devo a vocês.

À professora e coordenadora do Curso Socorro Xavier, que é um exemplo de luta e que nunca deixou se abater pelas dificuldades diante do Curso de Pedagogia (área de aprofundamento em Educação do Campo).

Agradeço todas às pessoas que contribuíram a realização desse ciclo que se encerra, em especial, ao meu amigo e irmão Jailson Batista dos Santos, que me passou confiança e mostrou o quanto potencial existe dentro de mim, e que nunca me deixou desistir do meu foco.

Aos Babalorixá Chales de Oliveira Silva e às Ialorixá Sandra Helena, que me proporcionou momentos de pesquisas, possibilitando o maior entendimento sobre a grandeza espiritual dos ancestrais.

Bem, finalizando os agradecimentos, não menos importante, pelo contrário (os últimos serão os primeiros), quero dizer muito OBRIGADA à Juliana Ferreira, por ter dado uma força enorme e, por ter cuidado do meu corpo e mente com várias técnicas de estéticas, que me permitiu relaxar nesse momento tenso.

À minha amiga Cacilda de Moraes, que mesmo distante tenho certeza que esteve na torcida e acreditando que eu chegaria ao meu objetivo de concluir esse Trabalho de Conclusão de Curso.

RESUMO

O presente trabalho busca investigar sobre a relevância de levar para o mundo educacional do ensino fundamental a oportunidade de discutir, entender e dialogar sobre a importância da diversidade religiosa no tempo atual, em especial, sobre o ensino de religiões de Matriz Africana, garantido pela Lei 10.639/03. O conteúdo sobre diversidade religiosa possibilita na vida social um leque de conhecimentos, que muitas vezes são abordados de forma sintética, deixando de lado as suas consagradas histórias de lutas e conquistas, registradas na historiografia, que foram edificadas, a cada novo Quilombo que surgira no período de resistência escravocrata brasileiro. Nesse sentido, nosso objetivo geral consistiu em analisar de que forma o ensino religioso afro brasileiro estar sendo ensinado na Escola Municipal Antônia do Socorro Silva Machado, no ensino fundamental I. A metodologia adotada foi qualitativa e exploratória, ancorada na triangulação: bibliográfica, documental e de campo. Apresentamos as etapas pela qual a referida Escola, situada no Quilombo Paratibe, João Pessoa, Paraíba, caminhou para chegar até as suas novas reformulações, que permitiu um diálogo sobre a diversidade religiosa de matriz africana, trazendo novas formas de compreensão sobre educação do campo, quilombolas e indígenas, nas interações de cada sujeito em sua cultura, e, sobre como a escola atua nesse tema, dentro e para além do âmbito escolar, numa perspectiva de mediação da intervenção dos aspectos sobre o debate religioso de matriz africana.

Palavras chave: Educação do campo. Quilombolas e indígenas. Diversidade Religiosa. Ensino fundamental.

ABSTRACT

The present work seeks to investigate the relevance of bringing to the educational world of primary education the opportunity to discuss, understand and dialogue about the importance of religious diversity in the present time, especially on the teaching of religions of African Matrix, guaranteed by Law 10,639 / 03. The content on religious diversity makes possible in social life a range of knowledge, which is often approached in a synthetic way, leaving aside its consecrated stories of struggles and conquests, recorded in the historiography, that were built, with each new Quilombo that had appeared in the period of Brazilian slave labor. The present research tried to answer on **How does the teaching of religion of African matrix with the students in the elementary school?** In this sense, our general objective was to analyze how Brazilian Afro-Brazilian religious teaching is being taught at the Escola Municipal Antônia do Socorro Silva Machado, in elementary school I. The methodology adopted was qualitative and exploratory, anchored in triangulation: bibliographic, documentary and of field. We present the stages through which the said School, located in Quilombo Paratibe, João Pessoa, Paraíba, went to reach its new reformulations, which allowed a dialogue on the African religious diversity, bringing new forms of understanding about rural education, quilombolas and natives, in the interactions of each subject in their culture, and on how the school acts in this theme, within and beyond the school environment, in a perspective of mediation of the intervention of the aspects on the African religious debate.

Keywords: Field education. Quilombolas and indigenous people. Religious Diversity. Elementary School.

LISTA DE GRÁFICOS

- GRÁFICO 1 - Percentagem de Residentes nas zonas urbana e rural**
- GRÁFICO 2 - Raça/Etnia dos docentes (2018)**
- GRÁFICO 3 - Religiosidade/ Espiritualidade das docentes 2018**

LISTA DE QUADROS

- QUADRO 1 - Momentos em que ocorre a temática religião de matriz africana na sala de aula**
- QUADRO 2 - Metodologias adotadas em sala de aula na abordagem da temática**
- QUADRO 3 - Como é realizado o planejamento sobre religiões de matriz africana**
- QUADRO 4 - O tema é estudado de forma satisfatória**
- QUADRO 5 - Apoio da Secretaria (SEDEC) na formação dos docentes**
- QUADRO 6 - Projetos na escola sobre cultura afro brasileira**
- QUADRO 7 - As dificuldades de implementação/ acompanhamento ou avaliação**
- QUADRO 8 - Planejamento dialogando com os professores sobre a temática**
- QUADRO 9 - A escola trabalhando a religião afro/ matriz africana e o seu interesse**

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	13
2	EDUCAÇÃO DO CAMPO.....	16
2.1	OS SUJEITOS DO CAMPO.....	19
2.2	UM POUCO DA HISTÓRIA QUILOMBOLA NO BRASIL.....	21
2.3	AS DIRETRIZES DA EDUCAÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL DENTRO DA LEI 10639/03.....	25
3	A IMPORTÂNCIA DO ENSINO RELIGIOSO NAS ESCOLAS.....	30
3.1	RELIGIÃO DE MATRIZ AFRICANA A PARTIR DA LEI 10.639/03.....	32
4	ANÁLISE DOS DADOS.....	38
4.1	CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA.....	38
4.2	A RELIGIÃO DE MATRIZ AFRICANA DE ACORDO COM A LEI 10639/03 NA ESCOLA DE ENSINO FUNDAMENTAL MUNICIPAL ANTÔNIA DO SOCORRO SILVA MACHADO	40
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	49
	REFERÊNCIAS.....	51
	APÊNDICES	

1 INTRODUÇÃO

A delimitação da temática ao campo da religião de matriz africana e suas ramificações afro brasileira no ensino fundamental surgiu da "identificação" da necessidade de discutir "Educação afro brasileira", visto que a partir da breve revisão de literatura foi encontrado pouco material discutindo a especificidade "religião africana no ensino fundamental", que, muitas vezes, são discriminadas pelos professores e colegas no espaço escolar e fora dela.

A minha escolha se deu também pelo fato de não termos no currículo do Curso de Pedagogia, com área de aprofundamento em educação do campo, discussões e vivências nessa área, o que se faz necessário na formação do educador/a, porque podemos nos deparar com situações em que a escola atenda educandos/as que tenham essa cultura religiosa presente no seu cotidiano. Dessa forma, precisamos ter uma base teórica e prática para que possamos atendê-los e tentar trazer a sua cultura para sala de aula e entender como acontece o ensino da religião afro brasileira com os educandos/as do ensino fundamental.

Descobrir como se dá o processo de ensino da religião afro brasileira dos educandos do fundamental se constituiu em uma inquietação. Outra provocação nasceu a partir da necessidade de conhecer a realidade, de como se desenvolve atividades e avaliações para exploração da cultura religiosa brasileira dentro do âmbito escolar.

A importância de trazer o ensino da religião afro brasileira no ensino fundamental necessita no campo da educação, compreender, dialogar sobre a cultura em sua ampla diversidade religiosa no Brasil, que, por sua vez, convive com um olhar socialmente discriminatório. Conhecer as religiões afro – brasileiras garante a visão da diversidade sobre a cultura no nosso País, e possibilita evidenciar as ligações étnicas africanas, especialmente, os povos quilombolas e indígenas, que retrata o processo civilizatório brasileiro, contextualizando as resistências e as conquistas desses povos. Trazer essas discussões em sala de aula é o início de um resultado positivo perante a sociedade de conhecer as religiões afro – brasileiras garantindo a visão da diversidade sobre a cultura no nosso País, e possibilitando evidenciar as ligações étnicas africanas,

especialmente, os povos quilombolas e indígenas, que retrata o processo civilizatório brasileiro, contextualizando as resistências e as conquistas desses povos.

O nosso país é rico em sua diversidade até mesmo na religiosidade e expressões culturais, o conflito e disputas representa o desafio cotidiano que limita a liberdade do indivíduo, a prática religiosa de matriz africana é marginalizada diante da sociedade, contribuindo com a violência e conduzindo as suas práticas de intolerância. Quando falamos em conhecer e respeitar os costumes diferentes, no primeiro momento é fácil perceber a resistência. O trabalho vem contribuir para que seja quebrada esse tabu diante a sociedade, conduzindo com um diálogo e aprendizado.

Nesse sentido, o nosso problema questiona: **Como ocorre o ensino de religião de matriz africana com os educandos/as do ensino fundamental?** Sendo assim, nosso objetivo geral consiste em analisar de que forma o ensino religioso afro brasileiro estar sendo ensinado na Escola Municipal Antônia do Socorro Silva Machado no ensino fundamental.

E, como objetivos específicos, procuramos: identificar diretrizes no planejamento do professor e nas suas práticas pedagógicas sobre o conteúdo da Lei 10.639/2003, em especial, no tocante ao conteúdo sobre a cultura e as religiões de matriz africana, no ensino fundamental; mapear metodologias pedagógicas sobre religião de matriz africana. E, por fim, compreender e explicar a metodologia utilizada para o ensino de religião afro brasileiro no ensino fundamental, em sua interface, na zona rural e urbana.

Esta pesquisa vai ser do tipo qualitativa, exploratória e de campo, a partir de uma triangulação: bibliográfica, documental e de campo (MNAYO, 2006).

Para tanto, nesse Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentamos nessa introdução a justificativa do tema, o problema, os objetivos e a metodologia. No segundo capítulo do TCC¹, abordaremos sobre a educação do campo, os sujeitos do campo e seu ponto de encontro com a especificidade Quilombola, sua cultura e uma breve contextualização com as religiões de matriz africana; No terceiro capítulo

¹ Utilizamos a Norma Técnica de Referência (NBR 14724) que normatiza os trabalhos acadêmicos e as completudes NBR de sumário e de NBR de Citações e Referências.

trazemos a discussão sobre o ensino fundamental e as diretrizes sobre a educação etnicorracial para a educação Quilombola com ênfase para o ensino das religiões afro brasileira. No quarto capítulo apresentaremos a análise dos dados e, por fim, apresentaremos as considerações finais.

2 EDUCAÇÃO DO CAMPO

A educação pública brasileira passou por um percurso histórico de incoerência em relação às concepções e aos padrões educacionais que visam à eficácia do ensino, principalmente, no âmbito da garantia do direito a educação no meio rural. A educação do campo constitui-se através de contínuas lutas dos movimentos sociais do campo para atender a necessidade dos sujeitos do campo, que não tinham como se locomover para uma cidade mais próxima. A educação do campo tem como o seu foco principal atender as competências e contemplar no currículo escolar as características e cultura da população, em seu âmbito local e a partir dos saberes dos sujeitos do campo.

É necessário perceber que a realidade do campo é distinta da zona urbana, mas isso não é motivo para que na instituição educacional seja um ensino inferior ao do contexto urbano. Pelo contrário, a educação do campo ela exige que seja no mesmo nível. E, por isso, desde 2002, que a legislação educacional consagrou essa exigência, quando foi contemplada nas Diretrizes Operacionais da Educação do Campo (MOLINA, ARROYO & CALDART, 2002).

As Diretrizes norteiam novos conteúdos, a partir de um currículo que deve ser contextualizado com os anseios dos sujeitos do campo, com respeito a uma Pedagogia da Alternância, que deve levar em conta o papel produtivo da comunidade, que estes sujeitos estejam inseridos, a exemplo do respeito do tempo de colheita, de pesca, extração de vegetais etc.

Conforme, Ximenes-Rocha e Colares (2013, p. 91) “a luta por uma educação do campo originou-se para denunciar o descaso e o silenciamento que historicamente envolveu a educação dessa população.”. Percebemos, assim, que a população do campo teve os direitos à educação negada, isso resultou em uma população sem instrução. E para modificar esta realidade do campo, Batista (2013, p.2) destaca:

[...] a luta histórica dos povos que vivem no campo através de seus movimentos, organizações sociais e aliados, por políticas públicas estruturais para garantir o direito à educação decorrente da ausência do Estado na oferta de educação nesse espaço, e, posteriormente, afirma-se a necessidade de reconhecimento do direito à políticas diferenciadas que reconheçam as diversidades culturais. (BATISTA, 2013, p.2).

Por essa razão a luta histórica da população camponesa, teve início no século XX com a ruptura da inexistência da comunidade do povo do campo, que estabelece as leis que inclui o saber com a produtividade, a Lei nº 9394/1996 que constitui as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), abre espaço para a educação rural, no art. 28º que explicita:

Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente: I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural; II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; III - adequação à natureza do trabalho na zona rural. (BRASIL, 1996)

Já o surgimento da organização de classes multisseriada, que se constitui em uma forma predominante de oferta do ensino no meio rural, se deu pelo Decreto nº 7.352, de 4/10/2010, no art. 7º afirma que:

No desenvolvimento e manutenção da política de educação do campo em seus sistemas de ensino, sempre que o cumprimento do direito à educação escolar assim exigir, os entes federados assegurarão: I - organização e funcionamento de turmas formadas por alunos de diferentes idades e graus de conhecimento de uma mesma etapa de ensino, especialmente nos anos iniciais do ensino fundamental. (BRASIL, 2010).

Portanto, as escolas com turmas multisseriadas no meio rural, reúnem estudantes de várias séries e níveis em uma mesma sala de aula, elas contam com apenas um/a professor/a como responsável pela condução do trabalho pedagógico e caracterizam um quadro intenso de precarização e abandono, que dificultam o ensino-aprendizagem dos/as educandos, como explicita Barros, Hage, Corrêa e Moraes:

O processo de ensino-aprendizagem é prejudicado pela precariedade da estrutura física das escolas multisseriadas, expressando-se em prédios que necessitam de reformas como também espaços inadequados ao trabalho escolar; muitas escolas constituem-se em um único espaço físico e funcionam em salões paroquiais, centros comunitários, varandas de residências, não possuindo área para cozinha, merenda, lazer, biblioteca, banheiro, etc. (BARROS, HAGE, CORRÊA & MORAES, 2009, p.27).

Trabalhar e estudar nestas condições, não motiva os/as professores/as muito menos os/as alunos/as, o que fortalece o estigma de escolarização empobrecida ofertada no meio rural, e impulsiona a população do campo a buscarem o meio urbano.

Além do descaso da infraestrutura, a má remuneração, a desvalorização do profissional e a sobrecarga de trabalho, também dificultam a permanência dos profissionais nas escolas rurais.

Segundo Pereira (2009, p. 127) se os professores fossem “[...] valorizados, bem remunerados e sem sobrecarga de trabalho tendem a se sentirem motivados; professores motivados facilitam também a motivação por parte dos alunos, que, por sua vez, passam a ter um maior interesse e empenho nas atividades desenvolvidas”.

Todavia, com as dificuldades e problemas das escolas rurais, a organização das classes multisseriadas, se torna uma alternativa positiva, com os seguintes aspectos destacados por Batista:

[...] elas oportunizam aos sujeitos do campo o acesso à escolarização em sua própria comunidade evitando deslocamento, elas favorecem o fortalecimento dos laços de pertencimentos e a afirmação das identidades culturais dos sujeitos, oportunizam o apoio mútuo e a aprendizagem compartilhada, a partir da convivência mais próxima entre estudantes de várias séries e idades na mesma sala de aula. (BATISTA, 2013, p.8)

Vale destacar que, para alguns desses aspectos serem alcançados, o currículo pensado para o meio rural tem que ser reorganizados e repensado, tendo em vista que são descontextualizados, homogêneo, mercadológico e urbanocêntrico. Segundo Barros, Hage, Corrêa e Moraes, o currículo requer uma construção coletiva que:

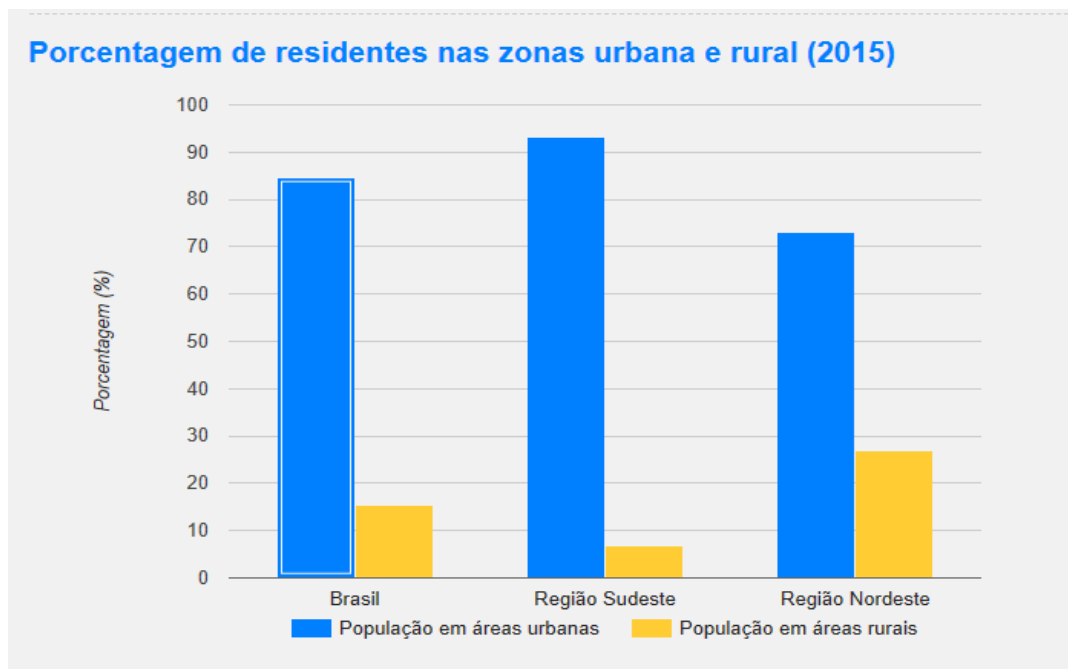
[...] tome referência e valorize as diferentes experiências, saberes, valores e especificidades culturais das populações do campo. Há a necessidade de se concretizar um processo de educação dialógica que interrelacione saberes, sujeitos e intencionalidades, superando a predominância de uma educação bancária e de uma concepção disciplinar de conhecimento. Os saberes da experiência cotidiana no diálogo com os conhecimentos selecionados pela escola propiciarão o avanço na construção e apropriação do conhecimento por parte dos educandos e dos educadores. Por isso mesmo, todos, sem exceção, professores, estudantes, pais e membros da comunidade, devem ser envolvidos na construção coletiva do currículo. (BARROS, HAGE, CORRÊA & MORAES, 2009, p.28)

Desta forma, a educação do campo contribuirá significativamente para a construção da identidade e valorização dos sujeitos do campo. Com uma proposta metodológica da/para a educação do campo, sobretudo pensada na construção e no potencial dos cidadãos do campo. É preciso, também que haja a disseminação dos ideais da educação pela/na diversidade, a qual promova o comprometimento de todos/as por uma educação inclusiva efetivando um aprendizado de conteúdos significativos para os contextos rurais.

2.1. OS SUJEITOS DO CAMPO

Os sujeitos do campo vêm ganhando o seu espaço em relação aos habitantes da zona rural. Segundo a PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2015 mostra que a população brasileira que vive na zona rural estimada em 15,28% e 84,72% vivem enquanto na zona urbana. Os números são bem significativos quando colocamos na Região Nordeste que conta com o seu maior percentual de habitantes, 26,88%

GRÁFICO 01 – Percentagem de Residentes nas zonas urbana e rural



FONTE: Disponível em: <<https://teen.ibge.gov.br/sobre-o-brasil/populacao/populacao-rural-e-urbana.html>> Acesso em: 12 de mar 2018.

§ 1o Para os efeitos do Decreto 7.352/10, entende-se por:

I - populações do campo: os agricultores familiares, os extrativistas, os pescadores artesanais, os ribeirinhos, os assentados e acampados da reforma agrária, os trabalhadores assalariados rurais, os quilombolas, os caiçaras, os povos da floresta, os caboclos e outros que produzam suas condições materiais de existência a partir do trabalho no meio rural; e

Os sujeitos do campo vêm estabelecendo organizações e lutas através do trabalho, família, comunidade, educação e movimentos sociais, para através dessas formas societárias lhes garantirem a permanência da terra. De acordo com o decreto pode-se chamar sujeitos do campo, os agricultores, quilombolas, pescadores, assentados, ribeirinhos, indígenas, camponeses, roceiros, extrativista, lavradores, sem-terra, boia – fria, todos os sujeitos que vem de luta e resistência.

A luta pela terra a resistência que opõe os pequenos produtores à construção de barragens hidrelétricas que os ameaça de expropriação as tentativas de implantação de novos assentamentos rurais em áreas conquistadas através da luta pela reforma agrária, as críticas e as reivindicações concernentes as políticas agrícolas do Estado, a experimentação mais ou menos sistemática e organizada de novas tecnologias que sejam mais adaptadas as necessidades e à situação da

pequena agricultura, são algumas das orientações que guiam o movimento de contestação atual. (ALMEIDA, 1994, p.4).

A luta e resistência da minoria conquistou algumas das reivindicações do povo. Compreendendo a história do campo no âmbito da educação se constitui como uma prática histórica e social, construída por características do povo camponeses. Com a construção do sujeito do campo, cresce com muita força através dos movimentos sociais com matriz educativa, transformando os seus interesses individuais em uma coletividade, crescendo assim as suas forças e buscando interesses em comuns.

Art. 26. Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela.

De acordo com o Conselho Nacional de Educação (CNE), a educação do campo deve ter a mesma base nacional comum, sem desvalorizar a sua cultura local. Sabemos que a desigualdade social do povo do campo é gritante que cai no esquecimento e passa a ser por muitas vezes desconhecido, vendo isto como uma realidade estampada. A luta pela educação do campo é para que seja cumprida a lei que garanta uma boa qualidade de profissionais dentro da educação, desde às séries iniciais até o direito ao ensino superior, e não retirando os seus direitos, que lhes cabem, muito embora, estejamos convivendo com inúmeros fechamentos de escolas localizadas na zona rural, sob o argumento do poder público municipal ou estadual não ter condições de manutenção das mesmas.

2.2. UM POUCO DA HISTÓRIA QUILOMBOLA NO BRASIL

A história dos quilombos surgiu através da necessidade, da população negra afrodescendente escravizada pelos europeus buscar a liberdade. Mortos ou castigados, os/as negros/as foram violados/as, intensivamente, fisicamente, psicologicamente e espiritualmente, com sequelas e marcas profundas que perduraram por séculos, em terras brasileiras, assim como em outros lugares da chamada diáspora negra.

Para Gennari (2011), em sua obra “Em busca da liberdade: traços das lutas escravas no Brasil” que interpreta a escravidão à luz da luta dos povos do campo, amplamente divulgada, pela editora “Expressão Popular” – veículo acadêmico de divulgação de pesquisas da educação e história do campo – ao falarmos sobre Quilombo é necessário saber a origem do termo, no contexto histórico e cultural. Sendo assim “A palavra quilombo - diz a ave balançando o corpo – é a incorporação à língua portuguesa de um termo africano que significa ESCONDERIJO” (GENNARI, 2011, p.32).

No Brasil, os quilombos representaram organizações de resistência e espaços para os/as negros/as se sentirem livres, pois a vida de escravidão trazia muita dor, sofrimento e morte. Com isso, no quilombo, passou a existir a existência de reuniões entre os negros escravizados, para que houvesse uma possibilidade de liberdade. Há um significado simbólico sob o prisma de uma procura de melhoramento da sua vida pessoal e familiar.

Sendo assim, quando os negros conseguiam fugir e se refugiar com outros membros em locais seguros dentro das matas, se constituía um quilombo. O crescimento dos quilombos foi aumentando aos poucos, pois muitos negros sentiam medo, e aos poucos foi sendo feita as fugas em grupos que ocorriam normalmente quando um pequeno grupo se sacrificava para tumultuar as senzalas, com o intuito para despistar, outros fugiam, ou muitas vezes, ocorriam fugas nas madrugadas quando todos estavam dormindo.

Uma dor de angústia, de escravidão, e ela existe até hoje e só diminui quando a gente levanta a cabeça e, aí, eles vêem que a gente não se intimidou. Eu vejo essas crianças correndo no terreiro. Existem leis, mas a maioria desconhece as leis. Acho que as crianças, desde crianças, deviam ser sabatinadas: qual a lei que te protege, que te ampara? (Roberto Potássio Rosa, Comunidade de São Miguel dos Pretos – Anjos & Silva, 2004).

Os quilombos formaram espaços de libertação, de auto-organização e de lugar produtivo, essencialmente, ligado à terra e ao fato de se voltar a poder sonhar em constituir raízes. O processo colonizador desenraizou a população africana de suas

terras e de sua cultura. Para Reis (1996, p. 16), a formação dos Quilombos constitui um fenômeno com poucas fontes históricas:

A formação de grupos de escravos fugitivos se deu em toda parte do Novo Mundo onde houve escravidão. No Brasil estes grupos foram chamados de quilombos ou mocambos, os quais às vezes conseguiram congregar centenas e até milhares de pessoas. O grande quilombo dos Palmares, na verdade uma federação de vários agrupamentos, chegou a contar com uma população de alguns milhares de almas, embora provavelmente não os quinze, vinte e até trinta mil habitantes que os autores citam sem maior rigor crítico das fontes [...].

Os quilombos mais expressivos ficavam localizados na região nordeste, daí que sua dimensão cultural também se faz presente em um contexto regionalista. O autor fez referência ao maior de todos os Quilombos, o Quilombo dos Palmares, que teve o líder conhecido como Zumbi dos Palmares que liderou a resistência até ser dizimado no ano de 1695. Localizado na Serra da Barriga, região hoje pertencente ao estado de Alagoas, mas à época pertencia a administração colonial de Pernambuco.

A tese mais aceita sobre a formação de Palmares é que a princesa Aquatune derrotada em combate na região Congo, aproximadamente, nas primeiras décadas de 1600, e feita refém foi vendida para ser escrava. Foi estuprada e ficou grávida de Ganga Zumba, primeiro rei de Palmares, ainda no navio negreiro e ao chegar no aprisionamento de uma senzala conseguiu liderar e fugir com cerca de 20 pessoas escravizadas chegando na região do quilombo dos Palmares, quando estava próximo a ter seu primeiro filho, e lá já encontrou um pequeno grupo de negros fugidos. Sendo graças a sua liderança a organização inicial em divisão de lotes conhecidos por mocambos e a formação de um conselho político e militar. Aquatune foi mãe de dois filhos e uma filha: Ganga Zumba, Ganga Zona e Sabrina. Sabrina é a mãe do líder Zumbi dos Palmares (BRASIL, 2018)

Palmares perdurou por quase cem anos e possuiu uma forte representação social nas mediações da serra da Barriga. Para Gennari (2011, p. 35-37):

Quase nada sabemos sobre os escravos que dão origem a esse quilombo, mas alguns relatos apontam o ano de 1597 como o período provável de sua fundação. Durante uma noite, um grupo de aproximadamente 40 cativos teria fugido de um engenho da capitania de Pernambuco, atual estado de Alagoas, após massacrar a população

livre que aí se encontra. Sabendo que a notícia se espalharia rapidamente pelas áreas vizinhas e que logo estariam sendo perseguidos, aos rebelados não resta outra saída a não ser a fuga [...] Pouco a pouco, a penúria dos primeiros tempos é vencida graças a um trabalho coletivo que desenvolve uma economia comunitária de autossustentação [...]

As práticas religiosas realizadas trazidas pelos povos africanos foram diversas, sobretudo, havia negros e negras cristãos/ãs, muçulmanos/as e de religiões “nativas”. As chamadas práticas religiosas “nativas” são também conhecidas como sendo religiões com expressões simbólicas sobre a origem do panteão africano com um conjunto de rituais que no Brasil ganhará características específicas, advindas do contato com os povos indígenas e as outras formas religiosas misturadas, ainda nas senzalas. Estas práticas religiosas de matriz africana foram duramente reprimidas nas Senzalas, mas se tornaram expressão e identidade coletiva nos quilombos.

Mesmo que os povos quilombolas possuam diferentes formas religiosas na atualidade, o estudo sobre sua origem, resistência e luta pelo direito à terra também passa pelo direito de reconhecimento de sua cultura ancestral.

A angústia pela falta de legislação que assegurasse os seus direitos foram duradouras e somente foi decretado pela Constituição Federal de 1988, prevista no art.68 que assegurou a garantia de propriedade de quilombo.

A comunidade quilombola de acordo com o Artigo 2º do decreto 4.887/2003 que considera o processo de reconhecimento dos quilombos e os grupos étnico-raciais, precisando ter a sua ancestralidade negra, mesmo que sejam de outra etnia, mas se a sua história for de resistência e de opressão aquele sujeito pode sim ser considerado da comunidade quilombola. Dentro do mesmo artigo constitui um território quilombola, permitindo ocupar terras para que se garanta a sua reprodução física, econômica, social e cultural, para que assim não se perca pelo caminho a sua ideologia, seus valores socioculturais.

Dentro do foco da pesquisa enfatiza-se que as religiões da população quilombola predomina o candomblé, o catolicismo e o evangelismo, e não apenas o candomblé.

É preciso considerar a diversidade histórica e a especificidade de cada grupo e, ao mesmo tempo, o papel político desempenhado pelos grupos que reivindicam o reconhecimento como “remanescente de quilombo”. (CARVALHO, 2006, p. 1)

Considerando a diversidade histórica pode parecer fácil a tal compreensão sobre a relação dos escravos e quilombolas, pois ambos passaram em torno de 316 anos sendo escravizados, pelos Senhores de Engenhos que davam a ordem para o Capitão do Mato, para caçar os negros/as que se rebelavam, e que, muitas vezes, após serem encontrados pelo Feitor, eram chicoteados por ambos, Capitão e Feitor.

O povo quilombola busca pela possibilidade de uma nova história, acreditando nos seus costumes dentro da educação, sendo transmissor da história quilombola, para que seja compreendida à sua identidade, difundindo os saberes para uma nova geração, para que assim, não seja esquecida a suas conquistas. Por muitas vezes, a história dos/as negros/as e quilombolas foi e é passada para nova geração de uma forma que só abrange o sofrimento e esquece de todos os seus valores.

É por meio do respeito pela diversidade e matrizes culturais que constrói nos tempos atuais a identidade que os marca como quilombola. Infelizmente são realizados poucos debates, discursões e troca de conhecimentos, sendo apenas lembrado a dor, a opressão e humilhação [...] ficando esquecido a riqueza das suas celebrações como danças, o festejo das colheitas, agradecimentos pela chegada de mais irmãos aos quilombos e suas crenças culturais que podiam ser exercidas sem nenhuma repressão.

2.3 AS DIRETRIZES DA EDUCAÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL DENTRO DA LEI 10639/03

O ensino fundamental é necessário e se compreende que esse ciclo do ensino do 1º ano até o 5º ano seja de total desempenho cognitivo, pois é nessa fase que a criança desenvolva os seus primeiros sentidos críticos. No Brasil, podemos perceber o grande registro que tem o ensino fundamental através das matrículas dos alunos na zona urbana e rural.

Matrículas no Ensino Fundamental

Matrículas 1º ano	2.874.069 estudantes
Matrículas 2º ano	2.901.506 estudantes
Matrículas 3º ano	3.276.176 estudantes
Matrículas 4º ano	3.147.127 estudantes
Matrículas 5º ano	3.129.662 estudantes

Fonte Censo Escolar/INEP 2017 | Total de Escolas de Educação Básica: 183743 | QEdU.org.br

Na zona urbana e rural são 15.328.540 alunos matriculados no ensino fundamental I, segundo a pesquisa do censo em 2017. Podemos analisar uma procura maior no 3º ano do ensino fundamental.

Matrículas no Ensino Fundamental

Matrículas 1º ano	2.452.448 estudantes
Matrículas 2º ano	2.477.929 estudantes
Matrículas 3º ano	2.752.126 estudantes
Matrículas 4º ano	2.634.761 estudantes
Matrículas 5º ano	2.621.381 estudantes

Fonte Censo Escolar/INEP 2017 | Total de Escolas de Educação Básica: 123035 | QEdU.org.br

Na zona urbana a procura continua sendo expressiva com 12.938.645 alunos devidamente matriculados de acordo com o censo.

Matrículas no Ensino Fundamental

Matrículas 1º ano **421.621** estudantes

Matrículas 2º ano **423.577** estudantes

Matrículas 3º ano **524.050** estudantes

Matrículas 4º ano **512.366** estudantes

Matrículas 5º ano **508.281** estudantes

Fonte Censo Escolar/INEP 2017 | Total de Escolas de Educação Básica: 123035 | QEdu.org.br

Podemos perceber que na zona rural esses números diminuem, caindo para 2.389.895, tendo mais procura no 3º ano do ensino fundamental I. Analisando que no 3º ano a demanda e a responsabilidade redobra, devido as provas que são realizadas nas escolas publicas e privadas para nivelar os seus conhecimentos.

O ensino fundamental atende crianças a partir dos 6 anos de idade, sendo um dos níveis da educação básica. A Lei de Diretrizes e Base da Educação LDB 9.394/96, faz com que seja organizada a educação básica de qualidade, assegurando o ensino fundamental, que demanda os municípios garantirem a educação infantil até o ensino fundamental I completo. Segundo o art. 32 da LDB:

- I - o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;
- II - a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;
- III - o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;
- IV - o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.

As Diretrizes Curriculares é uma agregação de parâmetros principais, que dá procedimentos que servem para conduzir a educação básica. As diretrizes apresentam ideias da educação, dando o direito que não pode ser negado sendo assegurado pelo Estado a gratuidade. Nas diretrizes o currículo tem uma base nacional comum, obrigatoriamente deve atender todas as escolas as disciplinas obrigatórias: língua portuguesa; língua materna para população indígena; matemática; ciências da

natureza; educação física; história; geografia e ensino religioso. Dando o espaço para cultura local de cada região, desenvolvendo o aprendizado interdisciplinar de cada discente. Uma das propostas das diretrizes sugerem desempenhar um ensino que seja de forma aglutinada, tendo um olhar único para cada sujeito, respeitando as suas diferenças como indivíduo, dando equilíbrio para as futuras oportunidades.

A lei 10639/03 foi um marco histórico que veio com um propósito a simbolização as lutas antirracistas no Brasil, dando partida para uma melhor qualidade social da educação. A lei sancionada pelo Presidente Luiz Inácio da Silva, foi estabelecer as práticas e diretrizes pedagógicas o reconhecimento no processo de civilização dos afro brasileiros, tendo uma parte fundamental, visando uma educação de qualidade.

E nessa fase de ensino fundamental, a legislação destaca que:

[...] A partir da análise dos indicadores educacionais recentes, ao efetuarmos um corte étnico/racial, a desigualdade educacional demonstra-se perversa. Segundo o censo escolar de 2007 a distorção idade-série de brancos é de 33,1% na 1ª série e 54,7% na 8ª, enquanto a distorção idade-série de negros é de 52,3% na 1ª série e 78,7% na 8ª. Entre os jovens brancos de 16 anos, 70% haviam concluído o ensino fundamental obrigatório, enquanto que dos negros, apenas 30%. Entre as crianças brancas de 8 e 9 anos na escola, encontramos uma taxa de analfabetismo da ordem de 8%, enquanto que dentre as negras essa taxa é de 16% (PNAD/IBGE 2007).

O fato dos indicadores demonstrarem que os estudantes negros constituem o público mais vulnerável quanto a sua permanência na escola já demonstra que é necessário continuar a se manter uma atenção para com a escolarização da população negra e afro brasileira. Além disso, consta nas Diretrizes que:

[...] No Ensino Fundamental, o ato de educar implica uma estreita relação entre as crianças, adolescentes e os adultos. Esta relação precisa estar pautada em tratamentos igualitários, considerando a singularidade de cada sujeito em suas dimensões culturais, familiares e sociais. Nesse sentido, a educação das relações etnicorraciais deve ser um dos elementos estruturantes do projeto político pedagógico das escolas. Respeitando a autonomia dos sistemas e estabelecimentos de ensino para compor os projetos pedagógicos e o currículo dos estados e municípios para o cumprimento das Leis 10639/03 e 11645/08, é imprescindível a colaboração das comunidades em que a escola está inserida e a comunicação com estudiosos e movimentos sociais para

que subsidiem as discussões e construam novos saberes, atitudes, valores e posturas. (BRASIL, 2018).

Diante dessa implicação foi que o Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Etnicorracial elencou ações para todos os níveis de ensino. Aqui, destacamos as ações para o Ensino Fundamental:

AÇÕES PRINCIPAIS PARA O ENSINO FUNDAMENTAL

- a) Assegurar formação inicial e continuada aos professores e profissionais desse nível de ensino para a incorporação dos conteúdos da cultura Afrobrasileira e indígena e o desenvolvimento de uma educação para as relações etnicorraciais.
- b) Implementar ações, inclusive dos próprios educandos, de pesquisa, desenvolvimento e aquisição de materiais didático-pedagógicos que respeitem, valorizem e promovam a diversidade a fim de subsidiar práticas pedagógicas adequadas a educação para as relações etnicorraciais.
- c) Prover as bibliotecas e as salas de leitura de materiais didáticos e paradidáticos sobre a temática Etnicorracial adequados à faixa etária e à região geográfica das crianças.
- d) Incentivar e garantir a participação dos pais e responsáveis pela criança na construção do projeto político pedagógico e na discussão sobre a temática etnicorracial.
- e) Abordar a temática etnicorracial como conteúdo multidisciplinar e interdisciplinar durante todo o ano letivo, buscando construir projetos pedagógicos que valorizem os saberes comunitários e a oralidade, como instrumentos construtores de processos de aprendizagem.
- f) Construir coletivamente alternativas pedagógicas com suporte de recursos didáticos adequados e utilizar materiais paradidáticos sobre a temática.
- g) Propiciar, nas coordenações pedagógicas, o resgate e acesso a referências históricas, culturais (inclusive religiosas), geográficas, linguísticas e científicas nas temáticas da diversidade.**
- h) Apoiar a organização de um trabalho pedagógico que contribua para a formação e fortalecimento da auto-estima dos jovens, dos(as) docentes e demais profissionais da educação.

3 A IMPORTANCIA DAS RELIGIÕES NAS ESCOLAS

A religião é um conjunto de símbolos e rituais, é uma devoção de fé a tudo que é considerado sagrado, todos os tipos de religiões têm os seus princípios e fundamentos. Essa definição inclui necessariamente seitas, mitologias e quaisquer outras doutrinas ou pensamento. Sabemos que se trabalhar a religião Afro Brasileira é um processo de conscientização na convivência cotidiana, tendo uma compreensão cultural e social para que os alunos tenham consigo as amplas diversidades, e se respeitando entre si, para que a intolerância religiosa se transforme em tolerância.

A tradição religiosa afro-brasileira é parte do legado deixado por homens e mulheres que contribuíram de forma significativa para a diversidade do país em que vivemos. A sabedoria e os valores das religiões de matriz africana é um expressivo elemento da cultura brasileira, que foi mantido por gerações. (HIGINO, 2011, p. 14)

Tradicionalmente a religião afro brasileira é passada dos pais para seus filhos. O direito a liberdade religiosa ela tem que ser garantida tanto nas escolas publicas ou privadas, assegurando e protegendo de qualquer discriminação. O direito à liberdade religião determina que o Estado desenvolva ações, dando condições para o amplo aprendizado. A educação afro brasileira dentro do contexto de ensino, é preciso ser mais implementado nas Universidades, para que haja uma prática efetiva da lei.

Existe as dificuldades dentro da cultura afro brasileira, uns dos problemas presente é que a temática é abordada apenas em datas comemorativas, como já foi falado acima, apenas essa ação acaba não contribuindo para o desenvolvimento e fortalecimento da cultura. A falta de formação dos professores vem desde a sua capacitação que não lhe foi oferecida, conhecimento, diálogo e preparação para desenvolverem o ensino Afro brasileira. Observar-se que se trabalhando a religião de matriz africana, tem uma contribuição significativa na diminuição na reprodução do racismo, profissionais que tenham o domínio, responsabilidade de passar os conhecimentos históricos, o dialogo será consideravelmente proveitoso. A Escola precisa ensinar a respeitar as religiões e não ensinar religiões, mas que no caso das religiões de Matriz africana, estas precisam está no currículo, enquanto componente cultural dos povos africanos.

É fácil identificar, isolar e estudar a religião como comportamento exótico de grupos sociais restritos e distantes, mas é necessário reconhecê-la como presença invisível, sutil, disfarçada que se constitui num dos fios com que tece o acontecer do nosso cotidiano (ALVES, 1999, p.13).

Não se pode ignorar ou fechar os olhos para a religião, ela está presente em vários grupos da sociedade, hoje não é algo isolado. A religião de matriz africana que mais se cultua no Brasil é o candomblé e a umbanda, que é realizado em seus terreiros pelos ²babalorixás e ³ladorixá.

No candomblé, a forma de cultuar os deuses (seus nomes, cores, preferências alimentares, louvações, cantos, danças e musica) foi distinguindo pelos negros segundo modelos de rito chamados de nação, numa alusão significativa de que os terreiros, além de tentarem reproduzir os padrões africanos de cultos, possuem uma identidade grupal (étnica) como nos reinos da África.(SILVA, 2005, p.65)

No candomblé e o seu o cultuar vem da representação de orixás, pombas giras e mestres, que sim recebe as entidades do mesmo jeito de outras religiões de matriz africana, dentro do candomblé existe várias nações, entre elas: Moçambique, Ketu, Umbanda, Angola, Nagô, Batuque, Congo. Cada nação tem suas seitas, e representatividades, tendo autonomia ancestrais dos cultos regidos pelos babas - diminutivo de Babalorixás e ladorixás - pais e mães de santo do terreiro.

3.1 RELIGIÃO DE MATRIZ AFRICANA A PARTIR DA LEI 10.639/03

O candomblé é uma religião de matriz africana trazida para o Brasil no período em que alguns grupos de negros desembarcaram. Nesse período, a Igreja Católica proibia o ritual e podia contar ainda com apoio do governo, que julgava o ato como criminoso, por isso os escravos cultuavam seus Orixás, omitindo-os em santos católicos. O significado da palavra candomblé é africano e significa dança, que é uma das formas de culto aos orixás, deuses do candomblé. Na África e no Brasil, cada região tem seu próprio Orixá, porém no Brasil com a grande mistura de culturas na época da escravidão acabou originando-se o culto a diferentes orixás.

²Babalorixás- Pai de santo do terreiro é um sacerdote da religião de matriz africana;

³ ladorixá - Mãe de santo do terreiro uma sacerdotisa da religião de matriz africana;

A formação educacional democrática e igualitária implica num conhecimento amplo dos diversos povos e das diversas religiões. Mesmo religiões de povos que não fazem parte da cultura brasileira precisam ser apresentadas para evitar que o desconhecimento possa incorrer em informações deturpadas e depreciativas destas culturas. (CUNHA JUNIOR, 2009, p.99)

Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional é garantido o direito à educação para todos, tendo alteração pela lei 10.639/2003, torna obrigatório no ensino fundamental e médio o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira para que a diversidade seja respeitada e que diminua os conflitos e atos de violência.

Quando estamos falando de estudar ou conhecer a história e a cultura afro brasileira devemos deixar de lado os preconceitos – acreditamos que a melhor forma de combater os preconceitos é através do estudo – e abrir o leque de informações existente, que no início nos deixa confusos/as, mas acredite que é mais fácil do que imaginamos, infelizmente não é comum debater ou conversar sobre a cultura negra mesmo tendo a lei 10.639/2003, essa cultura e história é vista apenas na semana ou até mesmo no dia da consciência negra é só nesse momento que temos algum contato com a história e a cultura dos negros/as, mesmo sabendo que a história não dar para ser contada em uma semana muito menos em 1 (um) dia, são anos de lutas, conflitos, conquistas e etc...

Segundo Adailton de Paula (2005, p. 89):

No Brasil ser negro ainda é símbolo de fracasso violência e insucesso. Ser negro causa asco e dor e, como o ser humano faz de tudo para fugir ao que lhe causa dor, acontece uma negação de sua própria identidade. É melhor ser um negro de alma branca (um negro inserido, aceito), um mulato ou qualquer outra coisa do que ser excluído.

Na maior parte do mundo costuma-se dizer que a religião afro brasileira conhecida pelo o Candomblé é um ato de magia negra onde é feito trabalhos de maldição, infelizmente a repressão social é presente e contínua, erradicando a história e a cultura religiosa dos negros/as que estavam na condição de escravos que eram proibidos de estar no mesmo território de "santidade" dos brancos/as. Conhecer as religiões afro - brasileiras garante a visão da diversidade sobre a cultura no nosso País,

evidencia as ligações éticas (africanas e indígenas) do povo brasileiro, retrata o processo civilizatório brasileiro, as resistências e as conquistas desses povos.

A cultura da qual nos alimentamos diariamente é fruto de todos os segmentos étnicos que, apesar das condições desiguais nas quais se desenvolvem, contribuíram cada um de seu modo na formação da riqueza econômica e social da identidade nacional. (MUNANGA, 2005a, p.16)

Dentro da escola é visível a despreparação dos professores para se trabalhar a temática, e quando existi um aluno/a que conhece ou que seja da religião o professor/a tem uma reação de manter o silêncio perante a situação, deixando de lado a possibilidade de socializar a vivência e o conhecimento daquele sujeito. Para que a lei seja de fato cumprida é necessário que haja cobranças de todos/as da sociedade consciente, e comprometida com um currículo para a diversidade, para que os órgãos cabíveis façam de fato a lei exercer o seu papel.

A lei tem um papel de caráter obrigatório para que possa haver uma aceitação das pessoas negras/os que em alguns casos usam outro nome para sua origem africana sendo assim mais fácil se alto identificar pela cor "morenas/os, mulatas/os pardos", deixando de lado a sua etnia.

Esse ritual pedagógico, que ignora as relações étnicas estabelecidas no espaço escolar, pode estar comprometendo o desempenho e o desenvolvimento da personalidade de crianças e de adolescentes negros, bem como estar contribuindo para a formação de crianças e adolescentes brancos com um sentimento de superioridade. (op.cit, p.33).

A resistência de se alto declarar da religião "afro" é por medo de sofrer discriminação, discriminação que muitas vezes estão disfarçadas por "brincadeiras", por isso que muitos casos existente no nosso Brasil é de negar a sua religião e se declarar católicos/as, trazendo para si a não- percepção do preconceito que estar ligada a estratégia da democracia racial negando a existência do problema. A lei por si só não garante a eficácia do direito é preciso uma outra formação que assegure a conscientização dessa realidade.

A ausência do debate social condiciona uma visão limitada do preconceito por parte do grupo familiar, impedindo a criança de formar uma visão crítica sobre o

problema. Tem-se a ideia de que não existe racismo, principalmente por parte dos professores, por isso não se fala dele. Por outro lado, há a vasta experiência dos professores em ocultar suas atitudes e seus comportamentos preconceituosos, visto que estes constituem uma prática condenável do ponto de vista da educação.

A sociedade, em suas relações temporais e espaciais, normalmente apresentada por textos escritos ou pela iconografia, situa-se em outra dimensão e profundidade ao ser observada diretamente, pois neste caso surge a oportunidade de dialogar com pessoas, identificar construções privadas e públicas, atentar para fatos cotidianos que geralmente passam despercebidos e transformá-los em objeto de estudo, de análise, de descoberta. (Bittencourt, 2005, p. 274).

Mesmo com a implementação da Lei 10.639, o modelo educacional no Brasil ainda não atingiu de fato o ensino de história da África e da cultura afro-brasileira como temas transversais nas escolas públicas ou privadas, a educação nas escolas persiste numa educação formal que não possibilita discussões sobre a cultura negra(o). Existem muitos conflitos sobre esse assunto dentro da sala de aula e geralmente quando chega a parte religiosa, existiu uma resistência maior e muitas vezes os professor/a não tem uma preparação para colocar em discussão o determinado assunto por falta de conhecimentos, despreparo e preconceito estalado dentro de si. O despreparo não deveria existir.

De acordo com o Artigo 33, de 1997, da LDB - Diretrizes e Bases da Educação Nacional do MEC sobre o ensino religioso:

Art. 33. O ensino religioso, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural e religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo.

I - Os sistemas de ensino regulamentarão os procedimentos para a definição dos conteúdos do ensino religioso e estabelecerão as normas para a habilitação e admissão dos professores.

II - Os sistemas de ensino ouvirão entidade civil, constituída pelas diferentes denominações religiosas, para a definição dos conteúdos do ensino religioso.

Compreendemos que o direito ao estudo das religiões de Matriz africana possui raízes históricas e de direitos humanos. Pois, concordamos com Dallari (2004, p.25),

quando nos diz que: “Ao falar de Direitos Humanos, refiro-me aos direitos fundamentais da pessoa humana. Eles são ditos fundamentais por que é necessário reconhecê-los, protegê-los e promovê-los quando se pretende preservar a dignidade humana”. E, para os povos quilombolas o estudo de suas raízes culturais perfazem um direito humano fundamental.

Enquanto teoria fundamentada os estudos sobre religiosidades perpassam pelo viés da Teoria do Imaginário consagrada pela obra de Gilbert Durand (1988), que aborda preposições teóricas sobre um imaginário individual ou coletivo que possibilita a compreensão sobre mitos e religiões enquanto símbolos próprios de sua cultura e não apenas enquanto criacionismos de senso comum.

Por isso, os professores precisam compreender a verdadeira importância de abordar a religião afro brasileira, trazendo consigo conhecimentos que possibilite um diálogo para que de fato haja uma diminuição de preconceitos e racismo no nosso Brasil, levando os alunos a perceberem como é importante conviver com as diferenças sem hierarquizá-las, reconhecendo que a sua cultura brasileira é fruto da contribuição de diversos grupos.

No entanto, quando se trata de um tema que envolve, mais que uma escolha pedagógica, uma postura perante o mundo e as pessoas, os diferentes matizes que assumem os discursos sobre a diversidade fazem toda a diferença (SOUZA, 2014, p.7).

Envolver temas para se trabalhar pedagogicamente em sala de aula requer um conhecimento amplo das diversidades religiosas. Na maior parte do mundo costuma-se dizer que a religião de matriz africana, o Candomblé é um ato de magia negra, onde é feito trabalhos de maldição, infelizmente a repressão social é presente e contínua, erradicando a história e a cultura religiosa dos negros/as que estavam na condição de escravos, sendo proibidos de estar no mesmo território de "santidade" dos brancos/as.

Conhecer a religião de matriz africana, garante a visão da diversidade sobre a cultura no nosso País, evidencia as ligações étnicas (africanas e indígenas) do povo brasileiro, retrata o processo civilizatório brasileiro, as resistências e as conquistas desses povos. Nas palavras de Koff (2009, p. 14).

A instituição escolar ainda tem um papel relevante na formação das crianças e dos jovens, mas que é preciso desvendar ou descobrir caminhos alternativos que possam ser mobilizados e apropriados na perspectiva da escola que se deseja, [...] mais plural, democrática, capaz de responder aos desafios de nossa contemporaneidade e de formar cidadãos e cidadãs, sujeitos na construção de um mundo menos dogmático e mais solidário.

O verdadeiro papel da instituição escola é encontrar caminhos para todas as diversidades. No nosso Estado da Paraíba, por exemplo, as práticas religiosas do Candomblé são muito comuns cultivar a **Jurema**, tendo no ritual uma bebida sagrada que é extraída de uma árvore, sendo servida antes de iniciar a Jurema, quando começa o ritual é feita uma roda e todos cantam as entoadas para a entidade Cabocla Jurema e Mestres/as ser invocadas, existindo também a Jurema de mesa e Jurema de chão.

A Jurema de chão deu origem quando os cultuadores eram proibidos a fazer o ritual sagrado e precisavam ficar nas matas abaixados para não ser pegos pelos policiais. A Jurema é sagrada e precisa ser respeitada quando um/a caboclo/a, mestres/as se incorporam na matéria é com um o único objetivo de ajudar principalmente aqueles que estão enfermos, dando receitas de ervas medicinais para a cura. A Cabocla mais conhecida dentro da Jurema é a Cabocla Luziara. Os mestres/as são os Zé/s (Zé menino, Zé pilintra, Zé do coqueiral...), que vem na matéria para dar recados e ajudar a quem precisa.

Imagine os conflitos que temos em levar esse assunto para a sala de aula e geralmente quando chega a parte religiosa existi uma resistência maior e muitas vezes os professores não tem uma preparação para colocar em discursão o determinado assunto por falta de conhecimentos, despreparo e preconceito estalado dentro de si. Para que a lei seja de fato cumprida é necessário que haja cobranças de todos/as da sociedade consciente, para que os órgãos cabíveis façam de fato a lei exercer o seu papel. A lei tem um papel de caráter obrigatório para que possa haver uma aceitação das pessoas negras/os que em alguns casos usam outro nome para sua origem africana é mais fácil se alto identificar pela cor "morenas/os, mulatas/os pardos", deixando de lado a sua etnia.

[...] A prática do professor, hoje deve estar em procurar ajudar o aluno a

construir o conhecimento, a facilitar as condições de aquisições desse conhecimento, promovendo as interações e toda a teia de relações que envolva o sujeito e o meio. Os sentimentos permearão todo o processo e o seu significado será valorizado na construção pretendida. É com esse desafio que o professor na prática, terá que lidar: ajudar o aluno, orientá-lo no sentido de permitir viver os seus desejos, sonhos e paixões, que se inter-relacionam com os fazeres, com o próprio conhecimento. (GRISNPU in RODRIGUES, 1994, p. 149-150).

A prática e crenças religiosas de matrizes africanas que germinou no Brasil foi o candomblé, dando no início do século XIX. Os orixás são as entidades ancestrais divinizados fundadores de uma linguagem diferenciada da matéria, orientando e ajudando os homens e mulheres na vida terrena, também se comunicam por meio dos seus filhos de santos entrando em contato direto com quem o consulta buscando orientação e solução para os mais diversos problemas, cada orixá tem a sua digna (nome) e todos tem o seu poder.

Todos os orixás tem uma representação de um santo católico, pois os negros eram proibidos e muitas vezes presos por cultuarem as práticas da religião: Oxalá é a divindade da criação dos seres humanos, o soberano que tudo comanda que representa Jesus Cristo; Xangô divindade dos raios, relâmpagos e trovões tendo a representação por São Jerônimo; Ogum é o orixá da divindade do ferro e deus das guerras no cristianismo ele é o São Jorge; Oxóssi é o orixá das floresta e caça, conhecido por Santo Antônio; Obaluayê é o orixá da saúde e das doenças que na Igreja Católica é o São Sebastião; Exu mensageiro de todos os orixás, guardião, dos templos, das casas, e das pessoas que representa São Bartolomeu;

Já as divindades femininas possuem uma forte atuação no panteão africano, e no sincretismo, Iemanjá é a mãe das águas salgadas que é Nossa Senhora da Conceição ou Nossa Senhora dos Navegantes; Oxum nossa mãe das águas doces, do ouro, amor, prosperidade e beleza tendo a representatividade Nossa Senhora do Carmo e Iansã, a orixá dos ventos e tempestades, ela é valente e tem um temperamento forte e independente é a Santa Bárbara. Compreendemos que essa diversidade cultural religiosa já presente nos calendários festivos, na memória coletiva e no patrimônio histórico brasileiro deva ser contemplada também nas práticas educativas, diante da percepção da Lei, apesar de muitas dificuldades em colocar em prática, mesmo com essa reconhecida cultura existente no nosso País.

4 ANÁLISE DOS DADOS

4.1 CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA

De acordo com as informações do Projeto Político Pedagógico – PPP, a Escola de Ensino Fundamental Municipal Antônia do Socorro Silva Machado teve sua fundação no ano de 1972, e ganhou o nome da sua fundadora, que lhe concedeu o terreno e também as primeiras paredes no sítio Paratibe. A referida escola está localizada na rua Jacarandá, 277, PB 008 Paratibe João Pessoa Paraíba, região que vive uma transição entre o rural e o urbano. Por isso mesmo, com necessidades em várias áreas de atuação social refletindo.

4.1.2 ESTRUTURA FÍSICA DA INSTITUIÇÃO

Em relação a sua estrutura física a escola possui espaços em térreo e primeiro andar, gradeados; treze (13) salas de aulas pouco ventiladas apesar de abertas (o que as deixa muito barulhentas, pois os ruídos internos e externos registram mais de setenta e cinco decibéis, inviabilizando muitas aulas) e com problemas elétricos; um (01) laboratório de informática (com computadores sem uso ou quase todos quebrados, ar condicionado quebrado e equipamentos de robótica em bom estado); uma (01) biblioteca bastante abastecida de livros novos e usados (teóricos, didáticos e paradidáticos, com vários volumes desorganizados sobre cultura africana e afro-brasileira), uma (01) Sala de direção climatizada (com armários, geláguas, computador, máquina xerox, monitor de câmeras de segurança); uma (01) sala de professores (ventilada, com janelas e portas quebradas, com armários, estante de brinquedos e livros desorganizados, além de geladeira); uma (01) sala de especialistas (pequena, com armários e duas mesas, sem ventilação e com luz apenas artificial); uma (01) sala de atendimento educacional especializado (AEE – climatizada, com computadores, estantes, tapetes e brinquedos); uma (01) cantina (dois ambientes de cozinha limpa

mas pouco espaçosa e sem armários, o que obriga a guardar as panelas no chão, com fogão industrial, três freezers e pias em bom estado), ao lado de um banheiro, o que precisa mudar, para garantir segurança alimentar aos alunos; um (01) refeitório (com mesas e bancos coletivos, espaço para refeição de aproximadamente oitenta crianças); Dezessete (17) banheiros (desses, dois (02) são adaptados para deficientes físicos, seis (06) em más condições de higiene para os alunos, dois (02) mal aparelhados na quadra, um (01) não utilizado no refeitório); uma (01) secretaria com excesso de documentos, não mais comportados nos armários; um (01) ginásio poli esportivo momentaneamente interditado, com iluminação precária e com refletores que podem cair a qualquer momento; um (01) jardim frontal bem cuidado; áreas abertas mal utilizadas, principalmente um pátio com areia, descoberto, (quase que totalmente exposto a sol e chuva, exceto pelo espaço de sombra proporcionado por um cajueiro que fica ao lado da fossa do refeitório); um (01) almoxarifado com dois ambientes não arejados; um (01) quarto de depósito de materiais e um (01) estacionamento com precária acessibilidade e limitação de espaço a cerca de dez carros, insuficiente para a demanda de veículos dos profissionais e visitantes.

A escola atende às modalidades de Ensino Infantil, Ensino Fundamental I e II e Educação de Jovens e Adultos (EJA) com Ciclo Alfa, Ciclos I, II, III e IV, nos turnos da manhã, tarde e noite. As vagas e matrículas estão assim distribuídas:

No total, está sendo atendido 1.005 (mil e cinco) alunos regulamente matriculados. Destaca-se que o número de alunos em algumas turmas de Fundamental I estão superlotadas, consistindo em problema grave, pois segundo Miguel Arroyo, “hoje, as crianças e adolescentes são outros. Mais sofridas, machucadas, feridas, pela sociedade. Quando a criança está tão ferida, machucada e sofrida, a escola não pode ser a mesma, o professor não pode ser o mesmo, e o número de alunos não pode ser o mesmo. Quando nós vamos convencer disso? (...) Dependendo da gravidade, o professor deverá atender menos alunos, como é com os médicos, quando precisam atender pacientes com mais gravidade.” (fala em entrevista no canal TV Paulo Freire, no Youtube).

Cerca de 300 (trezentos) alunos são declarados como quilombolas, ou seja, 30% dos discentes. Porém quando falamos de alunos negros esse número sobe para 80% dos discentes matriculados, ou seja, a maioria da clientela escolar.

Ainda conforme o PPP da Escola investigada possui como sua missão estabelecer para ao longo do ano corrente de 2016/2017 e 2018, algumas propostas a serem seguidas no sentido da implementação da lei 9.639/2003 em todos os seus espaços. Lutar contra a discriminação étnico racial, combater o preconceito e (re)afirmar uma identidade valorativa aos nossos alunos quilombolas sendo a nossa maior meta para este ano vindouro.

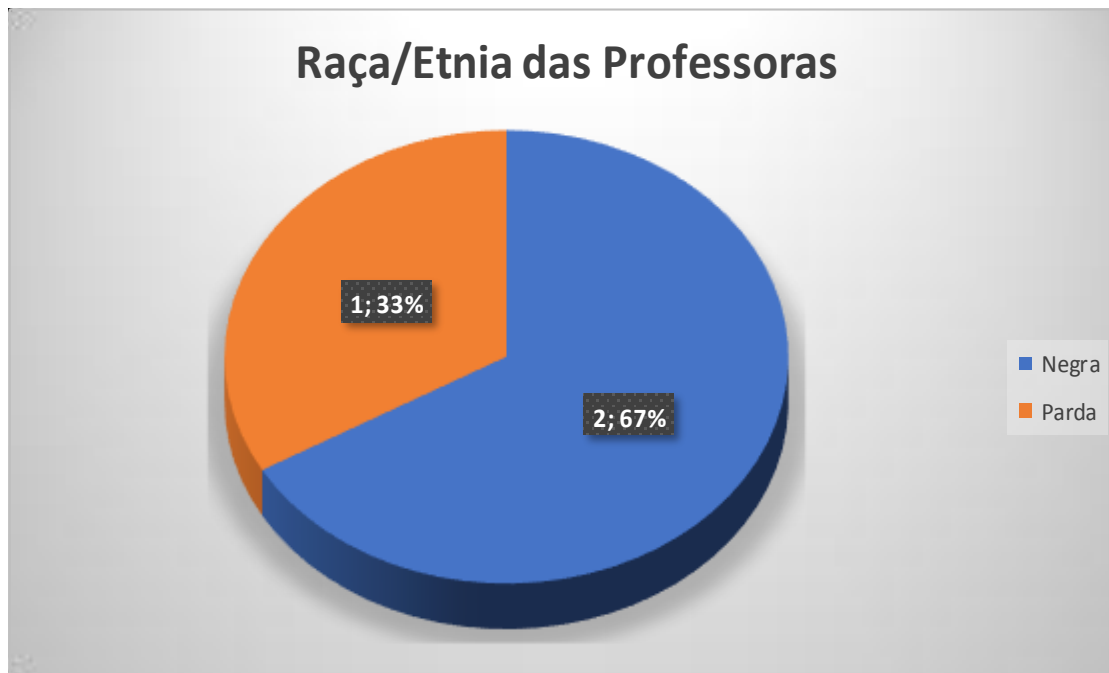
No tocante aos projetos quilombolas da referida instituição de ensino trata-se do principal projeto da escola, com culminância no mês da consciência negra, mas com previsão de vários eventos bimestrais integrados, com replanejamento constante. O projeto Quilombolas visa a fortalecer a identidade de matriz afrodescendente, refletindo a partir do eixo temático territorialidade e patrimônio, resgatando a memória e fortalecendo a economia do quilombo.

Durante os eventos constantes do projeto, vários convidados se apresentam e também assistem às atividades artísticas preparadas pelos alunos com a orientação dos professores. Músicas, danças, peças e exposições são o foco do evento de culminância. A religiosidade e alimentação também são focadas tematicamente.

4.2 A RELIGIÃO DE MATRIZ AFRICANA DE ACORDO COM A LEI 10639/03 NA ESCOLA DE ENSINO FUNDAMENTAL MUNICIPAL ANTÔNIA DO SOCORRO SILVA MACHADO

O estudo sobre o Ensino Religioso Afro Brasileiro: Interfaces do rural e o urbano no ensino fundamental na Escola Quilombola Municipal Antônia do Socorro Silva Machado, realizou-se no período de maio de 2018.

No tocante aos procedimentos realizou-se a aplicação de questionários contendo questões diretas e dissertativas direcionadas a três docentes e uma vice-diretora.

Gráfico 02 - Raça/Etnia dos docentes (2018)

Fonte: Dados obtidos a partir da aplicação do questionário às docentes 2018.

Conforme exposto no gráfico acima, podemos perceber que a grande maioria dos docentes que vieram a responder o questionário, se auto declaram negras.

Gráfico 03 - Religiosidade/ Espiritualidade das docentes 2018

Fonte: Dados obtidos a partir da aplicação do questionário às docentes 2018.

Enquanto a religiosidade dos entrevistados na pesquisa podemos identificar que existe uma variedade de crenças, constatando uma diversidade religiosa dentro da instituição averiguada. De acordo com § 2º Os sistemas de ensino ouvirão entidade civil, constituída pelas diferentes denominações religiosas, para a definição dos conteúdos do ensino religioso." do art. 33 da lei 9.475 de julho de 1997.

Logo com afinidade ao item da faixa etária os dados comprovaram que as professoras estão em diversas faixas etárias, Professora **1** e **2** tem entre 31 a 40 anos, já a Professora **3** estar na faixa etária entre 41 a 55 anos. Vendo que apenas a Professora **2** tem a sua procedência geográfica na zona rural/camponesa.

Em relação a formação escolar das docentes identificou-se que todas possuem ensino superior completo com especialização. A professora **1** possui duas graduações sendo uma 1 em pedagogia e a outra em psicopedagogia, sua especialização na educação do campo. Já a professora **2** a sua formação é em pedagogia com área de aprofundamento em educação do campo, e sua especialização é em direitos humanos – Educação a Distância (EAD). A professora **3** é formada em pedagogia e sua especialização gênero e diversidade na escola educação.

QUADRO 1 – Momentos em que ocorre a temática religião de matriz africana na sala de aula.	
Professora 1	“Estes conteúdos estão contemplados no Plano de curso anual, dentro de todas as disciplinas, principalmente português, história, artes, geografia, que nos dá mais oportunidade de diversificar as metodologias acerca do tema”.
Professora 2	“Podemos trabalhar nas aulas de português, história, geografia e

	no ensino religioso”.
Professora 3	“Esse tema é trabalhado dentro da aula de ensino religioso e como currículo oculto sobre a temática respeito e ética”.

Fonte: Dados sistematizados pela pesquisadora em maio de 2018.

Entendemos com as respostas das professoras que a instituição desenvolve a temática durante todo o ano letivo, abordando e aplicando o que está na LDB 9394/96 que prevê o ensino de religião de matriz afro brasileira no âmbito escolar de ensino.

O que nos faz dialogar com Munanga (2006), quando coloca essa necessidade do tema ser trabalhado o ano inteiro e não apenas em datas ditas “comemorativas” , a exemplo do 13 de maio que termina por ressaltar representações que de fato não representam a luta da população negra.

O Quadro 2 aborda as metodologias, quanto a temática:

QUADRO 2 – Metodologias adotadas em sala de aula na abordagem da temática	
Professora 1	“Em nossa escola o Ensino Religioso é uma disciplina não ministrada pelo professor polivalente. Porém trabalhamos com Contação de histórias, histórias em quadrinhos, produção de texto em contos, cartazes e painéis”.
Professora 2	“Trabalho com livros, textos, desenhos e rodas de diálogos”.
Professora 3	“Nesse item como temos uma professora que trabalha diretamente com essa disciplina, trabalho como forma de respeito e amor ao próximo, independente da religião, raça e etc. Já que “minha” sala tem crianças de várias religiões, trabalho através de filmes e etc.”.

Fonte: Idem.

As respondentes trabalham metodologias diferentes e adequadas para tratar o tema, a exemplo da contação de histórias, pois a tradição oral é uma das formas de se refletir sobre o tema. Trabalhar diferentes perspectivas religiosas como coloca a Professora 3 está atende, concomitante, ao ensino afro brasileiro e ao respeito às diversidades religiosas. Porque, não se trata de ensinar apenas a religião de matriz africana, mas de levar a refletir que as religiões de matriz africana, assim como as demais, fazem parte da cultura humana.

Sobre o planejamento, observamos o quadro 3:

QUADRO 3 – Como é realizado o planejamento sobre religiões de matriz africana	
Professora 1	“Esse planejamento específico não ocorre em nossa escola. Sobre é mencionado no Planejamento Inicial a luz do Projeto Quilombola trabalhado pela escola, com a entrega de um calendário de eventos e temas a serem trabalhados ao longo do ano letivo”.
Professora 2	“Eu tento introduzir em algumas disciplinas como história e língua portuguesa”.
Professora 3	“Esse planejamento ocorre dentro da temática de ética e cidadania e respeito ao próximo como algo que vai além das letras, mesmo estando em uma escola quilombola e tendo formação sobre todas as questões afro brasileira, não temos uma disciplina específica. No entanto trabalhamos com projeto anual sobre étnico racial”.

Fonte: Idem.

Percebemos que o Projeto Quilombola vem propiciando elementos para contribuir com o Planejamento Escolar e que a perspectiva vai além de forma

disciplinar. Mais uma vez, recordamos o autor e antropólogo congolês Munanga (2006) sobre a necessidade do trabalho pedagógico ser inserido no currículo através da discussão do planejamento e do diálogo coletivo.

QUADRO 4 – O tema é estudado de forma satisfatória	
Professora 1	“Ainda não. É por conta dos próprios profissionais da escola e pelos pais em casa. Por desconhecimento ou medo de estudar ou falar sobre o tema os tornasse da religião”.
Professora 2	“Sim. Pois estamos desmistificando a religião afro”.
Professora 3	“Não, acredito que deveria ser estudado e debatido com a comunidade em geral”.

Fonte: Idem.

Percebemos que apenas a professora 2 considera que o tema estudado já atende de forma satisfatória a necessidade desses conteúdos. Enquanto as professoras 1 e 3 ainda sentem obstáculos, entre estes o “temor” sobre o assunto “religião afro”.

Também se faz necessário o envolvimento com a comunidade, pois em nossos diálogos informais soubemos que há forte resistência por parte de setores da própria comunidade para “aceitar” esse tema no currículo.

No quadro 5, procuramos saber sobre o apoio institucional da Secretaria de Educação

QUADRO 5 – Apoio da Secretaria (SEDEC) na formação dos docentes	
Professora 1	“Em nossa escola há uma formação quilombola, dentro desta aborda o tema. Não é uma formação específica e a secretaria de educação só colabora disponibilizando o espaço, pois a formação foi iniciativa da nossa escola”.
Professora 2	“A Sedec na pessoa do professor Antônia Silva conseguiu trazer para a escola uma formação diferenciada chamada de formação Quilombola que tem algumas disciplinas que tratam da religião”.
Professora 3	“Sim, anualmente os professores da escola tem formação continuada sobre a temática Afro brasileira geral”.

Fonte: Idem.

De fato ficou evidente que existe apoio institucional, sobretudo, através de Formação Continuada para os conteúdos propostos.

A pesquisa se deu também com a vice-diretora na instituição de ensino, que prontamente me recebeu e abriu todas as portas da escola. A faixa etária da vice gestora tem entre 41 a 55 anos, tem a sua procedência geográfica na zona rural/camponesa, se auto declara negra, sua religiosidade é católica. A sua formação escolar contempla o ensino superior na pedagogia.

QUADRO 6 – Projetos na escola sobre cultura afro brasileira	
Vice diretora	“Projeto Quilombola que abrange todas as religiões”.

Fonte: Idem.

Portanto, a fala dessa representante da gestão escolar corrobora com os depoimentos das docentes de que o “Projeto Quilombola” abrange condições de se refletir essa temática.

QUADRO 7 – As dificuldades de implementação/ acompanhamento ou avaliação	
Vice diretora	“No início a principal dificuldade foi que tivemos que repensar toda a metodologia de ensino e técnicas de aprendizagem do conhecimento em geral. Foi necessário incorporar ao nosso cotidiano um conjunto de práticas até o próprio modo de ser e de aprender, junto com a comunidade afrodescendente”.

Fonte: Idem.

Mais uma vez, percebemos os pontos delicados foram elencados pelas professoras e pela vice-diretora, e o destaque tem sido a relação com a comunidade. Precisamos insistir no diálogo com Munanga (2006), quando ele nos diz que é preciso entender que existe um racismo simbólico que se apresenta contra as religiões de Matriz africana e mesmo os profissionais estando preparados para lidar com o tema em sala de aula, para além dos muros da Escola, o processo vai ser conflituoso.

QUADRO 8 – Planejamento dialogando com os professores sobre a temática	
Vice diretora	“Sim, nosso planejamento é todo com ênfase na religião afrodescendentes ”.

Fonte: Idem.

Consideramos essa afirmação muito enfática! O que nos faz pensar que a equipe escolar está realmente voltada para esses conteúdos.

QUADRO 9 – A escola trabalhando a religião a religião afro/ matriz africana e o seu interesse	
Vice diretora	“Sim, já trabalhamos esse tema através de pesquisa de campo, aulas teatrais, música, dança e etc... Através de aulas participativas junto com a comunidade”.

Fonte: Idem.

Nos parece que apesar do conflito com alguns setores da comunidade, a escola consegue desenvolver ações junto a mesma, no intuito de levar a temática com práticas lúdicas e culturais no sentido de sensibilizar. Oxalá essa perspectiva de aproximação entre escola e comunidade consiga estabelecer uma ponte para um Brasil sem discriminação contra nenhuma religião, nenhum ser humano!

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento do presente estudo possibilitou uma análise da importância e necessidade que é a efetivação da lei 10.639/03, trazendo uma prática pedagógica auxiliando a compreender as relações humanas e suas diversidades, contribuindo metodologicamente e se comprometendo com a justiça social, através da justiça curricular. Trazer as perspectivas realidades de como ocorre o ensino de religião de matriz africana com os educandos/as do ensino fundamental, teve como resultado, a confirmação dos meus objetivos que se deu em analisar, identificar, compreender e mapear as práticas pedagógicas do docente e da instituição no contexto temático.

Com os questionários que foram realizados, consegui mostrar a importância de se trabalhar o ensino religioso de matriz africana, e a constatação que os entrevistados estão trabalhando essa temática com empoderamento dos seus conhecimentos, desmistificando o preconceito que existe de fora para dentro da instituição de ensino.

A importância do assunto torna-se necessário para formação dos professores estarem preparados para conduzir os seus alunos, e mostrar contos, representações que possa fazer refletir sobre a sua história quilombola, que vivem uma realidade diariamente no contexto escolar.

O que se destacou nessa pesquisa, foi o comprometimento dos docentes a trabalhar a temática, mesmo sendo de religião Cristã, percebendo assim a necessidade de mudanças, acarretando relações de respeito e tolerância religiosa. Por outro lado, foi positivo ver a relação do professor e alunos. Além disso, consegui perceber isso através de relatos das professoras ao falarem do interesse que os alunos demonstram ter em relação as diversidades religiosas e principalmente a religião de matriz africana.

Analisar como ocorre o ensino da religião de matriz africana na escola Quilombola Municipal Antônia do Socorro Silva Machado, acreditamos que ao tratarmos sobre essa temática com os alunos no espaço escolar, cada vez mais será bem vista

perante a sociedade, e os novos sujeitos estarão preparados para construção de sua própria identidade sendo capazes de lidar com as suas diferenças.

Com o resultado desta pesquisa, observamos elementos indicando caminhos de uma boa prática, destacando o respeito e a tolerância religiosa, dando entusiasmos para dá continuidade a pesquisa explorando outros aspectos. Quanto a pesquisa de campo, quanto na bibliográfica foi realizado para o crescimento de conhecimento e boas práticas que obtivemos em todo o caminho percorrido, sendo satisfatório em todas as etapas, debater e combater esse tipo de preconceito consistir em uma defesa social e pluralista efetivando a instituição de ensino inteiramente laica.

É importante ressaltar que identificamos umas series de dificuldades de abordar esse tema no próprio curso, percebendo assim uma violação estabelecida pelo Lei 10.639/03, buscando um diálogo e enfrentando um cenário estreito, tendo um posicionamento para compreensão de problematizar da necessidade de avançar discursões de religião de matriz africana, dando um tratamento igualitário sobre a religiosidade de todas as matrizes religiosa africana.

REFERENCIAS

ALMEIDA, J. **Movimentos alternativos e de contestação na agricultura**: leitura do social, disputas e aspirações. Porto Alegre, 1994 (mimeografado).

ALVES Rubem. **O que é religião?** São Paulo: Edições Loyola, 1999.

ANJOS, J.C.; SILVA, S.B. (Org.). **São Miguel e Rincão dos Martimianos**: ancestralidade negra e direitos territoriais. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

BARROS, Oscar Ferreira, e all. Retratos de Realidade das Escolas do Campo: multissérie, precarização, diversidade e perspectivas. In: ANTUNES-ROCHA, Maria Isabel, HAGE, Salomão Mufarrej [Orgs.]. **Escola de direito**. Reinventando a escola multisseriada. Autêntica Editora, 2009. – (Coleção Caminhos da Educação do Campo; 1) p.p. 25-33

BATISTA, M. Socorro Xavier. **Educação escolar no campo**: desafios e possibilidades nas classes multisseriadas. Anais VI Simpósio Internacional de Geografia Agrária, VII Simpósio Nacional de Geografia Agrária, I Jornada de geografia das águas. João Pessoa, 2013.

BITTENCOURT, Circe. **Ensino de história**: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2005.

BRASIL, **Decreto Nº 7.352, de 4 de novembro de 2010**. Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA. Brasília, DUO, 2010. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7352.htm> Acessado em 22/02/2018.

BRASIL, **Lei nº 11.274, de 6 de fevereiro de 2006, que dispõe sobre a duração de 9 (nove) anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade**. Brasília, DUO. 2006. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11274.htm> Acessado em 22/02/2018

BRASIL. **Presidência da República. Lei nº 10.639 de 09 de janeiro de 2003**. Inclui a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro- Brasileira" no currículo oficial da rede de ensino. Diário Oficial da União, Brasília, 2003.

BRASIL/MEC. **Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN)**. Brasília, 1996.

BRASIL. Fonte Censo Escolar/INEP 2017 | Total de Escolas de Educação Básica: 123035 | QEdu.org.br ACESSO DIA 11.05.2018

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 20 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/l9394.htm>. (Conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB).

BRASIL, Planalto. **LEI Nº 9.475, DE 22 DE JULHO DE 1997**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/l9475.htm> Acesso: 23 de mai. 2018

CARVALHO, Maria Celina. 2006. **Bairros Negros do Vale do Ribeira: do “Escravo” ao “Quilombo”**, Tese (Doutorado), Campinas, Unicamp.

CUNHA JUNIOR, Henrique. **Candomblé: como abordar esta cultura na escola**. Revista Espaço Acadêmico, n.102, ano IX, p. 97-103, nov. 2009. Disponível em: <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/issue/view/363/showToc>> Acessado em 26.02.2017.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Elementos da teoria geral do estado**. 19 ed. São Paulo: Saraiva, 1995.

DURAND, Gilbert. **A imaginação simbólica**. São Paulo: Cultrix/EDUSP, 1988.

FOSCHIERA, Atamis Antônio. Um olhar sobre os movimentos sociais no campo no Brasil. In.: **Interface**, Porto Nacional /TO, vol. 1, n. 1, p. 77 – 85, maio, 2004.

FREIRE, Paulo. O Homem e Sua Experiência/Alfabetização e Conscientização. In: FREIRE, Paulo. **Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire**. São Paulo: Cortez & Moraes, 1980, p. 13-50.

GENNARI, Emílio. **Em busca da liberdade: traços das lutas escravas no Brasil**. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

GONÇALVES & SILVA, Beatriz Petronilha. Aprendizagens e Ensino das africanidades brasileiras. In MUNANGA, Kabengele (Org.). **Superando o racismo na escola**. Brasília: MEC/SECAD, 2005.

HIGINO, Mônica Estela Neves. **As relações da criança candomblecista no espaço social da escola**. Monografia. Universidade do Estado da Bahia, 2011.

KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. **Ler e compreender: os sentidos dos textos**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2007.

KOFF, Adélia Maria Nehme Simão e. **Escolas, Conhecimentos e Culturas**. Rio de Janeiro: 7 letras, 2009.

MUNANGA, Kabengele; GOMES, Nilma Lino. **O negro no Brasil de hoje**. São Paulo: Globo, 2006. (Coleção para Entender)

PAULA, Adailton de In.: SANTOS, Gevanilda; SILVA, Maria Palmares (Org). **Racismo no Brasil**: percepções da discriminação e do preconceito racial no século XXI. 1 ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005. p.89.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO (PPP). **Escola Municipal Antônia do Socorro Silva Machado**. João Pessoa – PB. 2016.

REIS, João José. “**Quilombos e revoltas escravas no Brasil**”. In.: Revista da USP, n. 28, 1995/1996. Disponível em: <http://www.usp.br/revistausp/28/02-jreis.pdf>. Acesso em: 18/04/2018.

RODRIGUES, J. M. C. **Construindo a Profissionalização Docente**. JP: Ed. Universitária, 2003.

SOUZA, M.L. Prefácio. In: Gouvêa, F. C F.; OLIVEIRA, L. F.; SALES, S. R. (orgs.).Educação e relações étnico-raciais: entre diálogos contemporâneos e políticas públicas. Petrópolis, De Petrus ET Alii, 2014.

SILVA; Vagner Gonçalves da. **Candomblé e Umbanda**: Caminhos da devoção Brasileira. São Paulo: Selo Negro, 2005.

XIMENES-ROCHA, Solange Helena; COLARES, Maria Lília Imbiriba Sousa. **A organização do espaço e do tempo escolar em classes multisseriadas**: na contramão da legislação. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, nº 50 (especial), p. 90-98, mai2013. Disponível em: <<http://www.fae.unicamp.br/revista/index.php/histedbr/article/view/5476>> Acessado em 01/03/18

www.guiatrabalhista.com.br/legislacao/art37e38dalei9394.htm ACESSO DIA
30.04.2018

APÊNDICES



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA - UFPB
CENTRO DE EDUCAÇÃO - CAMPUS I

CURSO DE PEDAGOGIA
ÁREA DE APROFUNDAMENTO EM EDUCAÇÃO DO CAMPO

QUESTIONÁRIO

Caro **gestor/a**, este instrumento faz parte de um processo de pesquisa e tem como objetivo coletar dados e realizar análise das informações, visando contribuir para construção do nosso Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Desde já, agradecemos a sua colaboração. Salientamos, ainda, que as informações aqui prestadas não serão reveladas para outro fim, que não seja, o da pesquisa científica e que o seu nome não será revelado, conforma a norma ética 136, da legislação vigente do Conselho de Ética, de nossa instituição.

1ª PARTE – PERFIL DO GESTOR

GÊNERO

Sexo () Masculino () Feminino

PROCEDÊNCIA GEOGRÁFICA

Origem () Urbana () Rural/Camponesa

RAÇA/ETNIA

() Branca () Negra () Parda () Amarela (asiática) () Indígena () Outros

RELIGIOSIDADE

() Católica () Evangélica () Candomblecista () Ateu () Outros

FAIXA ETÁRIA

() Menos de 20 anos () Entre 31 e 40 anos

Entre 20 e 30 anos Entre 41 e 55 anos

Mais de 55 anos

QUAL A SUA FORMAÇÃO ESCOLAR?

Médio incompleto Superior completo com especialização.

Médio completo Superior completo com mestrado.

Superior em andamento Superior completo com doutorado.

Superior completo Outro

SE ESTÁ CURSANDO OU JÁ CONCLUIU UM CURSO SUPERIOR. RESPONDA:

QUAL(IS) CURSO(S) TERMINOU OU ESTÁ TERMINANDO _____

JÁ ATUOU NA DOCÊNCIA

SIM NÃO

Se sim, quanto tempo/experiência em anos de atividade docente você possui:

HÁ QUANTO TEMPO VOCÊ TRABALHA COMO GESTOR/A?

Menos de um ano Entre seis anos e dez anos

Entre um ano e cinco anos Mais de dez anos

2ª Parte - QUESTÕES SOBRE A PESQUISA:

1. Existe algum projeto sobre a cultura afro-brasileira dentro da escola?

sim não

Se, sim, quais projetos?

2. Quais são as dificuldades de implantação, acompanhamento e/ou avaliação destes Projetos:

A. Dificuldades de implantação

B. Dificuldades de acompanhamento e/ou avaliação

3. Sobre o ensino de religião de matriz africana como é trabalhado esse tema transversal? Poderia relatar?

4. A escola tem interesse em trabalhar a religião afro? Como?



5. No planejamento existe um diálogo com os professores e funcionários sobre essa temática? Poderia relatar?

6. A secretaria tem trabalhado com a formação do professor dentro da cultura e religião afro brasileira? Como é realizado?

Termo de Consentimento Informado

Eu, _____ RG _____, concordo em participar da pesquisa intitulada **ENSINO RELIGIOSO AFRO BRASILEIRO: Interfaces do rural e o urbano no ensino fundamental na Escola Quilombola Municipal Antônia do Socorro Silva Machado em Paratibe na zona urbana**, parte integrante do Trabalho de Conclusão de Curso da aluna de Pedagogia/Educação do Campo, LUANA LOPES DA SILVA. Como depoente, autorizo o uso dos dados do questionário escrito.

Assinatura do (a) participante

QUESTIONÁRIO

Caro **professor/a**, este instrumento faz parte de um processo de pesquisa e tem como objetivo coletar dados e realizar análise das informações, visando contribuir para construção do nosso Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Desde já, agradecemos a sua colaboração. Salientamos, ainda, que as informações aqui prestadas não serão reveladas para outro fim, que não seja, o da pesquisa científica e que o seu nome não será revelado, conforma a norma ética 136, da legislação vigente do Conselho de Ética, de nossa instituição.

1ª PARTE – PERFIL DO DOCENTE

GÊNERO

Sexo Masculino Feminino

PROCEDÊNCIA GEOGRÁFICA

Origem Urbana Rural/Camponesa

RAÇA/ETNIA

Branca Negra Parda Amarela (asiática) Indígena

RELIGIOSIDADE/ESPIRITUALIDADE

Católica Evangélica Candomblecista Ateu Agnóstico

Kardecista Outros _____

FAIXA ETÁRIA

Menos de 20 anos Entre 31 e 40 anos

Entre 20 e 30 anos Entre 41 e 55 anos

Mais de 55 anos

QUAL A SUA FORMAÇÃO ESCOLAR?

Médio incompleto Superior completo com especialização.

Médio completo Superior completo com mestrado.

Superior em andamento Superior completo com doutorado.

Superior completo Outro

SE ESTÁ CURSANDO OU JÁ CONCLUIU UM CURSO SUPERIOR. RESPONDA:

**QUAL(IS) CURSO(S) TERMINOU OU ESTÁ
TERMINANDO:** _____

**QUANTO TEMPO/EXPERIÊNCIA EM ANOS DE ATIVIDADE DOCENTE VOCÊ
POSSUI:** _____

2ª Parte - QUESTÕES SOBRE A PESQUISA:

- 1. O conteúdo sobre a cultura africana e afro-brasileira está contemplado na LDBN (9394/96), um de seus tópicos se refere ao estudo e ensino das religiões de matriz africana e afro brasileira dentro da sala de aula. Portanto, quais os momentos que esse tema é trabalhado na sua aula?**

- 2. Quais são as suas metodologias para o ensino religioso?**

3. Como ocorre o planejamento para contemplar o tema sobre religiões de matriz africana e afro brasileira? Poderia relatar?

4. Existe matérias didáticos para ser trabalhado o tema de religiões de matriz africana no ensino fundamental? Quais as dificuldades de se trabalhar?

5. Como você avalia os seus alunos quando estão discutindo sobre o tema? Poderia relatar?

6. Na sua opinião esse tema religião afro é estudado de forma satisfatória?
Poderia relatar?

7. A secretaria tem proporcionado formação do/a professor/a dentro da cultura e religião de matriz afro brasileira? Poderia relatar?

Termo de Consentimento Informado

Eu, _____ RG _____, concordo em participar da pesquisa intitulada **ENSINO RELIGIOSO AFRO BRASILEIRO: Interfaces do rural e o urbano no ensino fundamental na Escola Quilombola Municipal Antônia do Socorro Silva Machado em Paratibe na zona urbana**, parte integrante do Trabalho de Conclusão de Curso da aluna de Pedagogia/Educação do Campo, LUANA LOPES DA SILVA Como depoente, autorizo o uso dos dados do questionário escrito.

Assinatura do (a) participante